



PROVIMENTO Nº 363/2020-CGJ/AM

Dispõe sobre a possibilidade de as oitivas e interrogatórios em Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância instaurados em face de servidores ou serventuários lotados na capital se realizarem por meio de videoconferência.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas baixar provimentos e instruções necessários ao bom funcionamento da Justiça, na esfera de sua competência, os termos do art. 74, inciso XXIV, da Lei Complementar nº 17/97;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração dos processos, bem como a necessidade de modernizar a administração da Justiça com a utilização de recursos disponíveis da tecnologia da informação;

RESOLVE

Art. 1.º - Instituir a Plataforma de Videoconferência para a realização de oitivas em Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e Sindicâncias de servidores ou serventuários lotados na comarca de Manaus.

§1.º - A plataforma digital a ser utilizada será definida pela Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares e Sindicância e informada previamente aos participantes para que possibilitem sua instalação.

§2.º - As oitivas e interrogatórios serão gravados em sistema audiovisual e permanecerão arquivados em mídia própria anexada aos autos.



§3.º - Em qualquer registro que faça menção a um momento da gravação, deve ser descrito o momento exato, em minutos e segundos, em que se pode encontrar a fala proferida em audiência a que se faz referência.

§4.º - Cada participante deverá zelar pelas condições técnico-operacionais para a sua participação na videoconferência.

Art. 2.º - Antes de ser iniciada a audiência, a(s) pessoa(s) a ser(em) ouvida(s) mostrará(ão) pelo vídeo um documento de identificação pessoal com foto.

Parágrafo único. Os dados qualificativos constarão na gravação audiovisual, bem como compromissos legais de eventuais testemunhas.

Art. 3.º - A audiência em que for utilizada a videoconferência será documentada por termo, o qual deverá ser assinado digitalmente pelo secretário responsável.

Art. 4.º - Os atos regidos por este provimento devem ocorrer dentro do horário de expediente, em respeito aos artigos 21 da Lei nº 2.794/03.

Parágrafo único. Os participantes serão intimados acerca da data e horário da videoconferência com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Art. 5.º - Quando da oitiva de mais de uma testemunha, essas devem ser ouvidas em separado, permitindo o ingresso na videoconferência de somente uma a cada vez.



Art. 6.º - Se, por razões de ordem técnica, não for realizada a oitiva ou interrogatório por videoconferência no dia previamente designado, ficam desde já remarcados para o próximo dia útil, no mesmo horário, sem necessidade de nova intimação.

Parágrafo único. Se a segunda tentativa também restar frustrada, converte-se o ato para a forma presencial.

Art. 7.º - Os prazos para os atos previstos neste Provimento dar-se-ão em dias corridos, em consonância com a Lei nº 1.762/86 e entendimento do CNJ.

Art. 8.º - A utilização da videoconferência regulamentada no presente provimento não importará em cerceamento de defesa do servidor ou serventuário.

Art. 9.º - Este provimento se aplica inclusive às audiências que já foram designadas anteriormente à sua edição, devendo ser comunicado aos participantes de sua modalidade virtual com antecedência mínima de 10 dias.

Art. 10. - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. COMUNIQUE-SE.

Gabinete da Corregedora-Geral de Justiça, em Manaus, 07 de agosto de 2020.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Corregedora-Geral de Justiça

(assinado digitalmente)